

XIX CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES Das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia

Saint-Denis da Reunião, 17 e 18 de Outubro de 2013

Regiões Europeias Ultraperiféricas

DECLARAÇÃO FINAL

A XIX Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Saint-Denis da Reunião, a 17 e 18 de Outubro de 2013, sob a presidência de Didier Robert, Presidente da Região da Reunião:

MANIFESTA a sua viva preocupação face à persistência de uma crise económica e social global à qual as RUP estão ainda mais expostas.

ALERTA para o agravamento do desemprego que exige respostas urgentes e adaptadas de modo a garantir o equilíbrio futuro nas suas regiões e favorecer a coesão económica, social e territorial.

SUBLINHA que, não obstante os esforços empreendidos pela União Europeia, ainda não foram encontradas soluções concretas, operacionais e eficientes em relação à ultraperiferia.

LAMENTA o atraso na adoção do quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020 e das reformas de políticas europeias com forte impacto territorial o que vem condicionar as ambições regionais a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

REGISTA as Conclusões do Conselho Europeu de 27 e 28 de Junho de 2013 que convidam os Estados Membros beneficiários da Iniciativa para o Emprego dos Jovens a adotar antes do final do ano *“um plano de combate ao desemprego dos jovens, inclusive através da implementação da “Garantia para a Juventude”*.

ENTENDE que a gravidade da situação do desemprego dos jovens, com taxas das mais elevadas na Europa - superiores a 50% na maioria das RUP -, pressupõe que os Governos de Espanha, da França e de Portugal definam, previamente, estas medidas em estreita colaboração com as RUP.



APELA ao Banco Europeu de Investimento que integre as RUP na sua iniciativa "Emprego para a Juventude" e no seu programa "Investir nas Competências".

ASSINALA que as RUP elaboraram, no quadro de uma abordagem coordenada, os seus planos de ação, respondendo favoravelmente à Comunicação de Junho de 2012 visando obter, desta forma, soluções adaptadas às suas realidades e constrangimentos próprios.

AGUARDA contributos concretos e atempados da Comissão à aplicação dos seus planos de ação em consonância com a programação dos fundos europeus.

SOLICITA, neste contexto, à Comissão que acolha favoravelmente os dispositivos a propor nos programas operacionais regionais 2014-2020 e assegure, neste quadro, uma aplicação da regulamentação em coerência com as prioridades territoriais definidas nos planos de ação das RUP.

DENUNCIA a recusa da Comissão Europeia em utilizar o artigo 349º do TFUE, cujo exemplo mais recente é o pacote legislativo regulamentar aplicável a Maiote.

CONVIDA a Comissão Europeia a seguir a interpretação reiterada do Conselho segundo a qual o artigo 349º do TFUE constitui a base jurídica "apropriada e suficiente" prevalecendo sobre qualquer outra quando se tratam de medidas específicas para as RUP.

CONTESTA a orientação preconizada, a nível europeu, de recorrer apenas à Política de Coesão para financiar a quase totalidade das necessidades das RUP.

INSISTE que o objetivo de cooperação territorial europeia evolua no sentido de permitir a conclusão de projetos de cooperação com países terceiros e que seja adaptado ao ambiente geográfico das RUP, à sua realidade socioeconómica e cultural, contribuindo assim para a definição de perímetros de cooperação pertinentes.

PROPÕE que as ações de cooperação entre as Regiões Ultraperiféricas sejam apoiadas sem aplicar o critério dos dois Estados Membros.

RECORDA a sua posição comum de 6 de Maio de 2013 no sentido de que o POSEI Agrícola seja preservado e permita atingir os seus objetivos, particularmente no apoio de todas as fileiras produtivas.

APELA a que o fim do regime das quotas leiteiras seja acompanhado de compensações aos produtores das RUP evitando a perda de rendimento e assegurando a necessária adaptação do sector a um mercado global e liberalizado.

TEME que a Política Comum das Pescas reformada não consiga promover, nas RUP, *"um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo das zonas de pesca"*.



DEFENDE uma definição e uma gestão de todos os apoios ao nível mais apropriado, isto é, a nível regional, nomeadamente no que se refere ao plano de compensação dos sobrecustos, à semelhança das disposições previstas no POSEI Agrícola.

SOLICITA que as ajudas à frota (construção, renovação e modernização) sejam inscritas neste modo de governação e sejam autorizadas de acordo com as perspetivas de desenvolvimento do setor.

APELA à manutenção do apoio a novas infraestruturas de pesca pelo FEAMP.

RECORDA os seus pedidos a favor de uma coerência efetiva na revisão em curso dos enquadramentos de auxílios estatais, em todas as finalidades: auxílios ao funcionamento não degressivos e não limitados no tempo e majoração das taxas de auxílio ao investimento suficientemente atrativas, incitando deste modo à concretização as prioridades da Estratégia Europa 2020.

REITERA a sua posição constante sobre a necessidade de rever o enquadramento dos auxílios de estado ao transporte marítimo afim de, nomeadamente, permitir o apoio público às ligações entre RUP e países terceiros.

RECORDA, no mesmo contexto dos auxílios de estado, que a classificação dos aeroportos regionais das Regiões Ultraperiféricas não pode limitar-se apenas às questões dos fluxos de passageiros ou de rentabilidade.

RECORDA a importância de prorrogar, nos prazos previstos, os principais dispositivos fiscais das RUP tais como a zona franca da Madeira, o AIEM, o *octroi de mer*, as taxas especiais de impostos sobre o consumo para o rum, os licores e as aguardentes. Estes instrumentos desempenham um papel catalisador na melhoria da competitividade e do emprego.

RECORDA que, no quadro das negociações de acordos internacionais, os interesses dos setores económicos das RUP devem ser salvaguardados.

RECORDA que a mobilidade dos cidadãos das RUP contribui para a redução do défice de acessibilidade destas regiões e lamenta que não exista qualquer instrumento específico para esse fim.

MANIFESTA a sua viva preocupação com a inexistência de disposições específicas para as RUP nos mecanismos de interconexão europeus bem como em programas como o COSME, Horizonte 2020 e o programa para o emprego e a inovação social.



A XIX Conferência dos Presidentes

FELICITA-SE pela adesão de Maiote à Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas e pela sua participação na atividade da Conferência desde Junho de 2013.

ALERTA que, ao fixar, nas Conclusões do Conselho Europeu de 7 e 8 de Fevereiro de 2013, uma dotação financeira para Maiote, sem qualquer critério, foi criado um precedente preocupante.

CONSIDERA que, tendo em conta os desafios e as conseqüentes necessidades desta nova Região Ultraperiférica, em termos de desenvolvimento económico e de criação de infraestruturas de base, o nível de apoio não lhe permitirá atingir os objetivos da Estratégia Europa 2020.

PERMANECE atenta à realização do III Fórum da Ultraperiferia em 2014.

A Conferência de Presidentes, no âmbito da sessão de parceria de 18 de Outubro em Saint-Denis da Reunião saúda e agradece:

Ao Comissário Europeu responsável pela Política Regional, Urbana e Regiões Ultraperiféricas pela importância que consagra à parceria com as RUP;

À Presidência Lituana do Conselho da União Europeia por ter em consideração a ultraperiferia numa Europa alargada a 28 Estados Membros.

Ao Ministro do Ultramar de França e aos representantes dos Governos de Espanha e de Portugal e felicita-se pela solidariedade entre os três Estados e pelo apoio reiterado a favor da defesa da ultraperiferia.

Aos deputados europeus pela defesa constante da realidade das RUP no processo de decisão europeu.

Ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões pelo envolvimento, nomeadamente através dos seus pareceres sobre a Comunicação da Comissão de Junho de 2012.

ACORDA que a Guadalupe assume a próxima presidência anual da Conferência e mandata o Comité de Acompanhamento, além das missões que lhe são confiadas pelo Protocolo de Cooperação, para:

- Seguir a aplicação dos Planos de Ação das RUP no quadro de uma estreita colaboração com a Comissão Europeia e os Estados Membros;

- Acompanhar Maiote na aplicação do seu novo estatuto de Região Ultraperiférica;
- Incentivar uma dinâmica de cooperação funcional entre as RUP no quadro dos programas de cooperação territorial europeia;
- Desenvolver ferramentas técnicas para melhorar a atuação e a visibilidade da Conferência;

Mandata o Presidente da Região da Reunião a transmitir a presente Declaração aos seus destinatários, nos termos do Protocolo de Cooperação entre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Assinado em Saint Denis, Região da Reunião, a 18 de Outubro de 2013, em oito exemplares originais, cinco em língua francesa, dois em português e um em espanhol.

AÇORES

CANÁRIAS

GUADALUPE

GUIANA

MADEIRA MARTINICA

REUNIÃO

SAINT-MARTIN